

Crédito e seguros devem ser um serviço público

Michel Husson, *Esquerda*, 03-Nov-2008

http://www.esquerda.net/index.php?option=com_content&task=view&id=8976&Itemid=98

Publicado em *Rouge* n°2270, 16 de Outubro de 2008. Tradução de Jean-José Mesguen



O economista francês Michel Husson, investigador do IRES (Instituto de Investigação Económica e Social), considera, nesta entrevista ao jornal *Rouge*, que as nacionalizações de bancos em crise devem ser acompanhadas pela nacionalização integral dos bancos e dos seguros, se não quisermos que sirvam apenas para restabelecer o seus lucros à custa de quem paga impostos.

Como sair do dilema entre deixar os bancos afundar-se, com o risco de piorar a crise em detrimento dos assalariados, ou salvá-los, sendo o custo desse salvamento pago pelos próprios assalariados ?

A única forma de evitar o dilema era uma nacionalização integral dos bancos e dos seguros. Não se trata de cobrir o lance, mas sim de dar uma resposta coerente. Eles fazem "nacionalizações", mas limitam-se a tomar participações parciais, e concebidas como provisórias. Essas injeções de dinheiro público só vão servir para acelerar as reestruturações e, no final das contas, para restabelecer o lucro dos bancos à custa de quem paga impostos. Para realmente "abrir os livros de contas", consolidar os créditos cruzados, fazer a triagem para não deixar que se impinjam títulos podres, para impedir as fugas, é preciso colocar o conjunto dos bancos sob controlo público.

Regulação: os arrependidos da liberalização repetem esta palavra cada vez mais. Mas as regras vão ser eludidas, como sempre foram, se não forem impostas de modo directo. Claro que é preciso apoiar medidas tais como a proibição dos paraísos fiscais, mas não podemos ter confiança nas autoridades monetárias internacionais para regular a finança de modo durável.

Essa nacionalização deveria acabar na criação duma estrutura financeira pública unificada, porque o crédito e os seguros devem ser considerados um serviço público. A crise demonstrou que a finança privada conduz à catástrofe social. Além disso, é preciso reabilitar a ideia de um crédito público, o que implica a instauração de uma gestão democrática que ponha o crédito ao serviço das prioridades sociais.

Pode pormenorizar a sua proposta de "escudo social"?

Os trabalhadores não são responsáveis por essa crise que, pelo contrário, pôde ocorrer devido ao desvio de riqueza a favor dos rentistas. Seria intolerável que os trabalhadores pagassem as favas, só para as empresas poderem continuar a pagar dividendos. A ideia de "escudo social" é um meio de afirmar essa exigência. Consiste em congelar os dividendos no nível actual e transferi-los para um fundo de mutualização. Esses montantes poderiam usar-se, em proporções a serem discutidas num debate democrático, para manter o rendimento dos desempregados e para o financiamento da Seguridade Social, dos orçamentos sociais e dos serviços públicos; a proibição dos dividendos financiaria a proibição dos despedimentos, tal como o propusemos no livro *Supprimer les licenciements* (Suprimir os despedimentos). As quantias potencialmente afectadas são de 90 mil milhões de euros: isto é 5 % do PIB, ou seja, exactamente a mesma proporção que os 700 mil milhões de dólares previstos pelo plano Paulson nos Estados-Unidos.

Como articular essas propostas com uma luta de mais longo prazo pelos salários?

É preciso controlar tenazmente os rendimentos financeiros, por um lado, arrecadando-os directamente, e, por outro lado, aumentando os salários.

No curto prazo, é preciso dar relevo à ideia da indexação dos salários aos preços, para defender o poder aquisitivo. É uma medida de emergência mínima. Poderíamos precisá-la, propondo suprimir as ajudas públicas às empresas que não a cumprissem. Essas ajudas públicas devem ser suprimidas a prazo, mas a vantagem desse dispositivo seria permitir um controlo dos próprios assalariados sobre quem assumisse a tarefa de avaliar a progressão do poder aquisitivo.

O período que está a abrir-se com a crise deve levar a radicalizar as alternativas em torno da noção de controlo sobre o modo de absorver os efeitos da crise. É preciso apoiar-se no sentimento de injustiça frente a medidas que têm o único objectivo de preservar os lucros dos responsáveis do desastre. Nacionalização e controlo respondem a essa inquietação, e constituem ao mesmo tempo incursões na propriedade privada que podem dar um conteúdo anticapitalista à defesa imediata contra os efeitos da crise.